



A contribuição do Planapo para o acesso e estruturação produtiva de sementes e mudas adaptadas a sistemas agroecológicos
The contribution of Planapo in access and productive structuring of seeds and seedlings adapted to agroecological systems

OLIVEIRA, Victor Moura e Silva¹; POLICARPO, Mariana Aquilante²; CAMPOS, Mariana Pontes³; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa⁴; SATIRO, Guadalupe Souza⁵

¹Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), victor.oliveira@ipea.gov.br; ²IPEA, mariana.policarpo@ipea.gov.br; ³IPEA, mariana.campos@ipea.gov.br; ⁴IPEA, regina.sambuichi@ipea.gov.br; ⁵UnB, guadalupesatiro@gmail.com

Eixo temático: Políticas públicas e Agroecologia

Resumo: A agricultura familiar e os povos e comunidades tradicionais estão entre os principais responsáveis pela preservação de sementes crioulas, ou seja, sementes que não foram geneticamente modificadas e que são consideradas uma das portas de entrada para a transição agroecológica. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) para o acesso e estruturação produtiva de sementes e mudas adaptadas a sistemas agroecológicos. A metodologia utilizada baseou-se em revisão bibliográfica, análise documental e levantamento de dados secundários. Como resultado verificou-se ações importantes ocorridas através do Planapo, com destaque para o lançamento do Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar e de projetos desenvolvidos em parceria do governo federal com governos estaduais e também com uma universidade, especialmente na região do semiárido brasileiro.

Palavras-chave: sementes crioulas; agroecologia; políticas públicas; agricultura familiar; povos e comunidades tradicionais.

Keywords: creole seeds; agroecology; public policy; family farming; peoples and traditional communities.

Introdução

Os agricultores familiares e os povos e comunidades tradicionais (PCT's) possuem um vínculo direto de dependência em relação ao agroecossistema em que estão inseridos (Silva, 2008), fazendo deles responsáveis pela manutenção de um patrimônio importantíssimo para a humanidade: a conservação das sementes. Esse tipo de conservação fundamenta-se em um contínuo processo de evolução e adaptação, no qual novas variantes surgem e são desafiados pela seleção natural e artificial (STELLA; KAGEYAMA; NODARI, 2006 apud NODARI; GUERRA, 2015, p. 186).

Destaca-se neste sentido as sementes crioulas (também chamadas de locais ou tradicionais). Elas possuem como característica a grande diversidade genética, sendo geralmente mais resistentes aos ataques de pragas e doenças e adaptáveis a sistemas produtivos de baixo uso de insumos externos (LONDRES, 2014). O manejo de diversas variedades para cada espécie cultivada (além do plantio consorciado de



várias espécies) constitui uma importante estratégia para agricultores familiares, especialmente aqueles que ocupam regiões de clima instável, sendo consideradas uma das portas de entrada para a transição agroecológica (LONDRES, 2014).

Considerando as diferentes realidades regionais e locais do Brasil, as sementes vão representar diferentes funcionalidades, como por exemplo, na região Sul, onde remetem à tradição e autonomia, pois muitas delas foram trazidas juntos com os imigrantes europeus (SILVA; LOPES, 2016). Já no Nordeste, ainda segundo Silva e Lopes (2016), as sementes cumprem outras funções, principalmente devido ao clima, fazendo com que elas sejam consideradas questão de sobrevivência ao oferecerem alimento de qualidade e garantirem o sustento das famílias, a segurança alimentar e também o replantio da própria safra.

Neste contexto, o governo brasileiro, em parceria com a sociedade civil, vem ao longo dos anos desenhando uma série de políticas públicas e instrumentos para ampliar o acesso dos agricultores familiares e PCT's às sementes e mudas de reconhecida qualidade e adaptadas ao território em que estão inseridas, fortalecendo sistemas agroalimentares de base agroecológica.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a contribuição do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) para o acesso e estruturação produtiva de sementes e mudas adaptadas a sistemas agroecológicos. O Planapo é o principal instrumento da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), instituída por meio do Decreto nº 7.794/2012 (BRASIL, 2012). A primeira etapa do plano foi executada no período 2013-2015, e o Planapo II, sua segunda etapa, foi elaborado e lançado em 2016, previsto para ser executado no período de 2016 a 2019, tendo sido publicada uma versão atualizada do plano no Diário Oficial da União em novembro de 2018 (BRASIL, 2018).

Metodologia

A metodologia utilizada baseou-se em revisão de literatura e análise documental, bem como levantamento de dados secundários disponíveis, como registros administrativos, levantamentos periódicos, atas de reuniões e as fichas de monitoramento do Planapo I e II, aqui denominadas de dados da pesquisa.

Resultados e Discussão

Em relação às principais iniciativas voltadas à temática das sementes e agrobiodiversidade nas duas etapas do Planapo, destacam-se o apoio à organizações produtivas para a implantação e estruturação de bancos comunitários de sementes de interesse da agroecologia e da produção orgânica, com destaque especial dado à região do Semiárido brasileiro.



No Planapo I foi previsto apoio à 800 organizações produtivas na implementação e qualificação das casas e bancos de sementes e dos guardiões de sementes e mudas. No final de 2015, 390 bancos comunitários foram apoiados por meio desta iniciativa em onze Unidades da Federação (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Acre, Tocantins, Piauí e Paraíba) (Figura 1 abaixo), envolvendo 148 municípios (CIAPO, 2016).

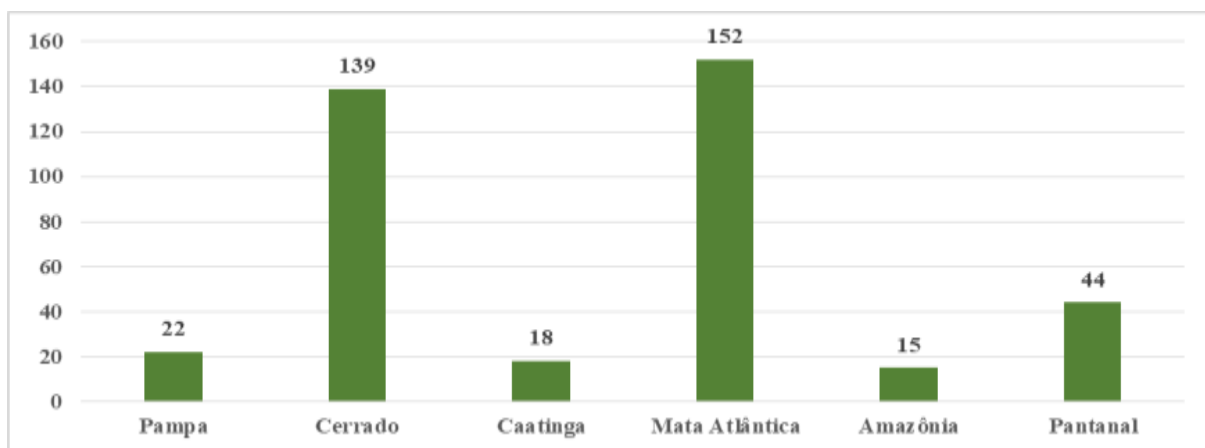


Figura 1. Bancos comunitários de sementes apoiados (2013-2015)

Fonte: Elaboração própria com base em CIAPO, 2016.

Outra ação ocorrida durante o Planapo I aconteceu através dos antigos Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), por meio do projeto “Manejo da Agrobiodiversidade - Sementes do Semiárido”. Este projeto, viabilizado por meio de parceria com a Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido (AP1MC), teve como objetivo reforçar a cultura do estoque das sementes crioulas, através da estruturação e gestão comunitária de 600 bancos de sementes crioulas/adaptadas no Semiárido, com seleção e capacitação de 12.000 famílias de agricultores familiares inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Por meio do TED 054/2014 BFDS, foram disponibilizados mais de R\$ 3,9 milhões em 2014, e R\$ 4,6 milhões em 2015 (CIAPO, 2016). Até setembro de 2018, de acordo com informações da própria ASA (2019), já haviam sido beneficiadas 663 casas de semente em todo o território do Semiárido brasileiro.

Baseada na experiência de implementação do Projeto Sementes do Semiárido (CIAPO, 2016) e tendo como referência o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e a própria Pnapo, em dezembro de 2015 foi instituído o Programa Nacional de Sementes e Mudanças para a Agricultura Familiar (PNSMAF), através da Portaria interministerial nº 1/2015, dos extintos MDA e MDS. O objetivo era ampliar o “acesso dos agricultores e agricultoras familiares às sementes e mudas de reconhecida qualidade e adaptadas ao território, fortalecendo sistemas agroalimentares de base agroecológica por meio do apoio a programas e ações destinados a produção,



melhoramento, resgate, conservação, multiplicação e distribuição desses materiais propagativos” (CIAPO, 2016, p. 52).

A portaria que instituiu o PNSMAF faz menção direta às duas instâncias de gestão do Planapo: a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). Dentro da PNSMAF, a CIAPO atuará visando a intersetorialidade e a integração deste programa com as políticas públicas federais, e a CNAPO, “através da Subcomissão Temática de Sementes, constitui espaço prioritário de formulação, monitoramento e aprimoramento do Programa, sem prejuízo das atribuições intrínsecas à missão do Ministério do Desenvolvimento Agrário” (BRASIL, 2015).

Como um dos resultados do PNSMAF, durante o Planapo II foi assinado convênio com o Estado da Bahia para fomentar capacitações, seminário, implantação de unidades técnicas demonstrativas, unidades de propagação de mudas, formação de quintais produtivos, aquisição e produção de mudas para agricultores familiares com base nos princípios agroecológicos. A execução ficou a cargo da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia e a meta é atender 13.630 famílias e 110 técnicos até 2020 (CIAPO, 2016). Até agora, R\$ 1.266 milhões já foram liberados de um total previsto de R\$ 6.613.410 milhões (Dados de Pesquisa).

Outra ação que está sendo desenvolvida no âmbito do Planapo II é o projeto denominado “Fortalecimento da Agricultura Familiar e Meio Ambiente no Norte de Minas Gerais”, no âmbito do Termo de Execução Descentralizada (TED nº 15/2018) firmado entre a antiga SEAD, atual Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SAF/MAPA), com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Seu objetivo é ampliar a capacidade de produção de mudas de árvores frutíferas e essências florestais nativas da biofábrica do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da UFMG, de modo a desenvolver soluções, parcerias e práticas acadêmicas, sejam elas agroindustriais ou agrícolas de base biotecnológicas, adaptadas às necessidades do semiárido e áreas de transição. Essa ação beneficiará diretamente cerca de 1.500 famílias de agricultores familiares de diversos municípios do Norte de Minas Gerais, já tendo sido disponibilizado R\$ 750.340,00 no ano de 2017 e R\$ 93.660,00 em 2018, o que corresponde a 100% da previsão orçamentária (Dados de Pesquisa).

Conclusões

Os resultados demonstram que houve avanços durante o Planapo I para o tema sementes e agrobiodiversidade por conter ações que ampliaram a produção, manejo, conservação, aquisição, distribuição e o acesso às sementes e mudas de reconhecida qualidade e adaptadas aos seus territórios. No Planapo II houve uma diminuição no número de projetos, mas ainda continuam sendo desenvolvidas ações através de parcerias, voltadas principalmente para a região do Semiárido brasileiro. Destaca-se ainda o Programa Nacional de Sementes e Mudanças para a Agricultura



Familiar, resultado direto da própria Pnapo, que possibilita o fortalecimento dos sistemas agroalimentares de base agroecológica. Com isso, constata-se a importância da Pnapo e do Planapo e de suas duas instâncias de gestão para esta temática, bem como a necessidade de continuidade desta política tanto para os agricultores familiares quanto para os povos e comunidades tradicionais.

Referências bibliográficas

ASA – ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. **Sementes**. 2019. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/10338-sementes-crioulas-sao-garantia-de-soberania-e-seguranca-alimentar>>. Acesso em: 24 maio 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Diário Oficial, Brasília, p. 4, 21 ago. 2012.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 1, de 21 de dezembro de 2015**. Brasil, 22 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: 03 maio 2019.

BRASIL. Resolução nº 3, de 16 de novembro de 2018. **Torna pública a versão atualizada do Planapo 2016-2019**. Diário oficial, Brasília, DF, 20 nov. 2018. Seção 1, p. 6.

CIAPO – CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA. **Relatório de Balanço 2013-2015** – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO. Brasília, DF, 2016.

NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estud. av.**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 183-207, abril de 2015.

LONDRES. F. **As sementes da paixão e as políticas de distribuição de sementes na Paraíba**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.

SILVA, M. T. A importância da agrobiodiversidade na (agri)cultura camponesa. In: ICPJ. **A agricultura camponesa e as energias renováveis**. Porto Alegre: ICPJ, 2008, p. 46-8.

SILVA, M. H. B. da; LOPES, K. P. Importância da semente na agricultura familiar no Nordeste brasileiro. In: CONIDIS - I CONGRESSO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE NO SEMIÁRIDO, 2016, Campina Grande - PB. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2016.

SILVA, H. A. et al. O Programa Nacional de Sementes e Mudanças para a Agricultura Familiar – PNSMAF - uma esperança para soberania e segurança alimentar. **Cadernos de Agroecologia**, Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF, v. 13, nº 1, Jul. 2018, p. 7-13.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.